



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

GERÊNCIA DE CONTRATOS



CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026/FSCMPA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 900 ____/2026/FSCMPA
PAE Nº E-2026/2118678

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA HEMODIÁLISE CONTÍNUA - DIÁLISE A BEIRA LEITO, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA _____, NA FORMA A SEGUIR ESTABELECIDAS:

A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMPA, órgão da Administração Indireta do Governo do Estado do Pará, com personalidade, jurídica de direito público, sito à Rua Oliveira Belo, 395, bairro do Umarizal, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.929.345/0001-85, designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, **Dr. BRUNO MENDES CARMONA**, brasileiro, casado, Médico, portador do CRM nº 007718/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 671.646.922-20, residente e domiciliado nesta cidade de Belém/Pará, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Telefone: _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo (a) **Sr (a).** _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, Decretos estaduais nº 2.940 e nº 3.371 de 29 de setembro de 2023, e demais legislações aplicáveis e mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

1.1 - O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 900 ____/2025/FSCMPA e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

2.1 - A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer nº ____/2026-NPRO/FSCMPA, nos termos do art. 53, Parágrafo Primeiro, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 - O presente Contrato tem objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA HEMODIÁLISE CONTÍNUA - DIÁLISE A BEIRA LEITO, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO**, a fim de atender as necessidades da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ANEXO I

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

Página 1 de 15



Rua Oliveira Belo, 395, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP 66050-380 – Tel (091) 3251-7430

contratos@santacasa.pa.gov.br

CNPJ: 04.929.345/0001-85

CONTRATO

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRES.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	KIT (COMPLETO) PARA TERAPIA EM EQUIPAMENTO DE DIÁLISE/HEMODIÁLISE CONTÍNUA (SISTEMA INTEGRADO) CONTENDO: - Dializador de uso único para diálise aguda assistida por uma máquina, indicado para as seguintes terapias: hemofiltração, hemodiálise e hemodiafiltração venovenosas contínua (CVVH, CVVHD, CVVHDF) e plasmáfereze. Dializador de alto fluxo, membrana biocompatível, com área de superfície aproximada de 0.2 a 1.8 m². - Equipamento tipo cassete para hemodiálise de uso único composto por: 01 linha arterial, 01 linha venosa, 01 linha de drenagem, 01 linha de dialisato. - Adaptador para conexão das bolsas de citrato, dialisato e substituição. - Bolsa coletora de efluentes de 5 litros a 10 litros com válvula de drenagem, e conector luer-lock ou spike para coleta de solução de diálise e ultrafiltração, que promova barreira antimicrobiana e abertura asséptica, contendo os demais dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. - Linha ou bolsa aquecedora descartável para solução dialítica ou sangue, estéril, abertura asséptica, contendo os demais dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Este item é dispensável para as tecnologias que não o necessitem. -Linha para infusão de cálcio para uso em terapia de substituição renal contínua. Esterilizado via raios gama materiais: Tubo pvc, sem látex, trava luerlock abs. Embalagem unitária que promova barreira microbiana e abertura asseptica, com dados de identificação, n° de lote, data validade, esterilização, e registro na anvisa/ms, este item é dispensável para as tecnologias que não o necessitem.	UND			
	02	Solução dialisante para diálise contínua. Solução base para hemodiálise contínua. Solução eletrolítica estéril para uso extracorpóreo dialítico em procedimentos de diálise contínua.	UND			
	03	SOLUÇÃO DE CITRATO DE TRISÓDICO 4% (136 MMOL/L) OU 0,5% (18MMOL/L). Embalagem bolsa plástica, sendo o volume de até 5000 ml contendo os demais dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	UND			
	04	KIT PARA TROCA PLASMÁTICA (PLASMAFÉRESE TERAPÊUTICA) COMPOSTO DE: via de retirada do sangue total e retorno dos elementos remanescentes; via para conexão da solução anticoagulante; via para conexão de solução salina e para conexão do fluido de reposição; bolsa para descarte do plasma removido; catabolha com filtro; descartável, atóxico, apirogênico e estéril; o circuito descartável	UND			

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

	deverá ser em sistema fechado (com filtro de ar), dotado de linhas pinças e bolsas, acompanhado de todos os componentes necessários e em quantidade suficiente ao procedimento. Estéril, apirogênico, descartável, possuir registro anvisa.				
VALOR TOTAL ESTIMADO					

3.2 - A aquisição dos itens deve ser em LOTE único por se tratarem de componentes interdependentes de um mesmo sistema terapêutico integrado, utilizados de forma conjunta nos procedimentos de diálise/hemodiálise contínua e plasmaférese terapêutica. A compra em lote assegura compatibilidade técnica entre kits, soluções dialisantes, soluções anticoagulantes (citrato) e kits de troca plasmática, evitando riscos operacionais, falhas de conexão e incompatibilidades que possam comprometer a segurança do paciente e a eficácia clínica. Além disso, a contratação em lote garante padronização dos insumos, otimiza a logística e o controle de qualidade, facilita a rastreabilidade, reduz riscos de desabastecimento e assegura a continuidade do tratamento de pacientes críticos, especialmente em ambiente de UTI, onde a interrupção do serviço pode resultar em graves prejuízos assistenciais

EQUIPAMENTO EM COMODATO	
ÍTEM	DESCRIÇÃO
04	<p>A licitante deverá fornecer, em regime de comodato, UMA MÁQUINA DE HEMODIÁLISE PARA DIÁLISE CONTÍNUA - A BEIRA LEITO, compatível com os kits, com a seguinte descrição técnicas:</p> <p>Aparelho para tratamento de pacientes portadores de injúria renal aguda com indicação de realização suporte renal artificial contínuo e procedimentos de hemoperfusão (Hemodiafiltração veno-venosa contínua com pré ou pós diluição (Pré CVVHDF ou Pós CVVHDF); Hemodiafiltração veno-venosa contínua com pós diluição e anticoagulação com citrato e cálcio; Hemodiálise veno-venosa contínua (CVVHD); Hemodiálise veno-venosa contínua e anticoagulação com citrato e cálcio; Hemofiltração veno-venosa contínua com pré ou pós diluição (Pré CVVHF ou Pós CVVHF).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Painel com monitor LED com tela colorida e sensível ao toque (touch screen); - Funcionamento controlado por microprocessador; - Em terapias de substituição de volume o equilíbrio é controlado de forma gravimétrica através de balanças, com possibilidade de aquecimento dos líquidos dialisante e de substituição de acordo com o modo de tratamento e a temperatura ambiente ou acessório integrado ao software para controle preciso do aquecimento do sangue de retorno; <p>Deve possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bombas dedicadas a terapia, todas integradas: Bomba de sangue; - Bomba de dialisato; - Bomba de substituição; - Bomba de filtração; - Bomba de cálcio; - Bomba de citrato. - Bolsa de filtrado para recolher os líquidos ultrafiltrado, dialisante usado e de substituição; - Cassete de linhas com dialisador com montagem intuitiva e com auxílio através de imagens e textos em cada etapa de montagem; - Detector de cassete para distinguir as áreas dos cassetes; - Controle do tempo de vida do dialisador e das linhas através do tempo total de tratamento e do volume de sangue que passou pelo sistema de linhas; - Fluxo variável de ultra filtrado entre 0 ml/ha 990 ml/h; - Esquema de alarmes para unidade de terapia intensiva e para outras unidades; - Anticoagulação através de infusão por bomba de heparina, programável e para uso com seringas comerciais de 30 e 50 ml; - Anticoagulação regional através de infusão por bomba de citrato e bomba de cálcio para utilização contínua, programável e para o uso de bolsas comerciais; - Dose de citrato entre 2 a 6 mmol/l; - Dose de cálcio entre 0,1 a 3,0 mmol/l; - Ajuste automático do fluxo de citrato quando houver alteração no fluxo da bomba de sangue; - Indicação visual de gráficos, ajustes, alarmes, dados numéricos e parâmetros do tratamento; - Controle dos fluxos de sangue, filtrado, dialisante e substituição; - Controle das pressões de acesso, pré-filtro, retorno, filtrado e pressão da transmembrana (PTM); - Controle da temperatura do sangue ou dos líquidos dialisante e de substituição; - Auto teste de todas as funções da máquina, com bloqueio para situações anormais; - Ajuste automático do nível de sangue na câmara de gotejamento (câmara venosa), mas com opção para ajuste manual; - Detector de bolhas de ar por ultrassom, com bloqueio da linha de retorno; - Monitorização e alarme com detector de fuga de sangue e da monitorização da pressão de retorno, com bloqueio imediato;

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

Página 3 de 15

Rua Oliveira Belo, 395, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP 66050-380 – Tel (091) 3251-7430

contratos@santacasa.pa.gov.br

CNPJ: 04.929.345/0001-85

CONTRATO

- Monitorização da pressão de acesso para detectar bloqueio da agulha ou do cateter.
- Proteção temporária da tela contra operação para desinfecção de superfície em modo diálise;
- Bateria interna recarregável para a falta de energia;
- Permissão para a utilização de aparelhos ECG (observar avisos do fabricante do aparelho ECG);
- Operar preferencialmente em rede elétrica de 220 Volts com grau de proteção ao paciente do tipo BF, à prova de desfibrilação, e obrigatoriamente na frequência da rede elétrica de 60 Hz (sessenta Hertz); preparas ou adicionadas) bem como o kit, precisam ser tecnicamente compatíveis entre si e com o modelo de equipamento. Os itens precisam ter validade de pelo menos um ano.

- DAS MANUTENÇÕES

Para fins desta contratação, apresentamos os seguintes conceitos:

a) Manutenção preventiva: Os serviços de revisão, limpeza, calibração, testes, regulagens, substituição de peças desgastadas pelo uso, substituição de componentes elétricos e eletrônicos em geral, verificação da limpeza e da conservação da pintura dos equipamentos, com os objetivos de evitar da ocorrência de defeitos e acidentes, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento com segurança dos equipamentos, conforme as normas e os projetos construtivos dos mesmos.

b) Manutenção corretiva: Os serviços de reparos para eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos equipamentos; testes das funções operacionais dos aparelhos, acessórios e periféricos, calibração geral após os reparos; limpeza externa e interna de todos os aparelhos, acessórios e periféricos, incluído quando necessários à substituição das peças necessárias, para garantir o perfeito funcionamento e segurança dos mesmos.

c) Calibração: Entende-se por calibração, um conjunto de operações que estabelecem, sob condições especificadas, a relação entre valores indicados por um instrumento de medição e os valores correspondentes aos padrões rastreados a RBC (rede brasileira de calibração) utilizados.

d) Teste de Segurança elétrica: Conjunto de testes que avaliam a resistência de isolamento, a resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica (para o terra e através do gabinete e do paciente) de um equipamento eletrônico. Os testes de segurança elétrica deverão ser aplicados conforme a classe do equipamento e o tipo de suas partes aplicadas, determinando respectivamente o tipo e o grau de proteção contra choque elétrico.

e) Peças: Toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, consumíveis ou não, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

f) Componentes: São todos aqueles elementos importantes ao funcionamento do equipamento, mas que auxiliam as peças, não sendo tão preponderantes como estas. São bastante úteis e sua ausência ou mau funcionamento acarreta em veemente prejuízo para o bom funcionamento da máquina.

Os insumos deverão ser compatíveis com os respectivos equipamentos a serem entregues em regime de comodato.

3.2 - O procedimento licitatório será conduzido na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por meio do sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento por menor preço por lote e modo de disputa aberto. Essa metodologia visa assegurar ampla concorrência, transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



3.3 - Ademais, esta abordagem está plenamente alinhada à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, garantindo que o processo de aquisição seja conduzido com legalidade, eficiência e economicidade.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A aquisição do Kit Completo para Terapia em Equipamento de Diálise/Hemodiálise Contínua (Sistema Integrado) é necessária para atender à demanda de pacientes críticos que necessitam de terapias de substituição renal contínua e procedimentos de plasmáfereze terapêutica no ambiente hospitalar, garantindo segurança, eficácia e padronização nos procedimentos.

4.2 - O kit inclui dialisador de uso único de alto fluxo com membrana biocompatível e área de superfície adequada, permitindo a realização das terapias de hemofiltração, hemodiálise, hemodiafiltração venovenosa contínua e plasmáfereze com eficiência na depuração de toxinas e no controle do equilíbrio hídrico e eletrolítico.

4.3 - Possui equipo tipo cassete e adaptadores específicos que asseguram a conexão segura das linhas de sangue e soluções, minimizando risco de contaminação cruzada, além de bolsas coletoras de efluentes e soluções dialíticas com sistema de drenagem asséptico, barreira antimicrobiana e identificação completa, garantindo rastreabilidade e cumprimento das normas de biossegurança.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

4.4 - Inclui também linhas e bolsas aquecedoras descartáveis para manutenção da temperatura adequada da solução dialítica ou do sangue quando necessário, linhas de infusão de cálcio e soluções de citrato esterilizadas e com conexões Luer-lock, garantindo anticoagulação controlada e segurança hemodinâmica do paciente.

4.5 - O kit para plasmaférese terapêutica, em sistema fechado, estéril, apirogênico e descartável, inclui todos os componentes necessários para coleta, reposição e descarte do plasma, assegurando a realização do procedimento de forma segura e eficaz.

4.6 - O uso de kits completos e integrados proporciona redução de riscos de contaminação e infecção hospitalar, maior padronização e segurança nos procedimentos, agilidade operacional e atendimento eficiente a pacientes críticos, especialmente em Unidades de Terapia Intensiva.

4.7 - Diante da complexidade e da criticidade desses pacientes, a aquisição deste kit é imprescindível para garantir eficácia clínica, segurança do paciente e conformidade com normas sanitárias, incluindo registro na ANVISA, esterilidade e rastreabilidade completa dos componentes

CLÁUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO

5.1 - Forma, Local, horário e prazo de entrega:

5.1.2 - A entrega do bem deverá ser no prazo máximo de 30 (Trinta) dias após o recebimento da nota de empenho pela contratada, conforme edital.

5.1.3 - O bem deve ser entregue de forma única, com todos os seus acessórios e total requisito para perfeito funcionamento

5.4 - **O prazo de entrega:** O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias úteis, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa total ou parcelada no caso de empenho Global, no seguinte endereço.

5.5 - **Local de entrega:** Almoxarifado Central da Santa Casa, localizado na Rua Oliveira Belo 395, no Bairro do Umarizal, CEP: 66050-380 -Belém/PA.

5.6 - Horário de entrega:

De 08:00 às 15:00 horas de segunda a sexta-feira. Podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251-7371, como também previamente por E-mail: almoxarifado@santacasa.pa.gov.br.

5.7 - **Responsáveis pelo recebimento:** Responsáveis pelo recebimento: Funcionários da CALM/FSCMPA. Telefone: (91) 3251-7371. E-mail: almoxarifado@santacasa.pa.gov.br.

5.8 - Validade dos insumos:

5.8.1 - Quando a vida útil for igual ou inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento);

5.8.2 - Quando a vida útil for superior a 12 (doze) meses, validade mínima de 50% (cinquenta por cento).



CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA VIGÊNCIA

6.1 - O valor do presente Contrato é de R\$ _____, de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA, tendo vigência por **12 (doze) meses**, a contar da data deste instrumento, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme os termos da Lei Federal nº14.133/2021.

6.2 - Os contratos decorrentes da ata de registro de preços ARP terão vigência de 12 (doze) meses e deverão ser assinados no prazo de validade da ARP.

6.3 - Estão incluídos no preço referente a venda do produto todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes, e demais despesas necessárias a satisfatória execução do presente contrato, constante na cláusula primeira.

6.4 - Em caso de prorrogação de prazo, o valor do contrato poderá sofrer reajuste, sendo aplicado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto no art. 25, §7º, e art. 92, V, ambos da Lei Federal nº14.133/2021, com análise prévia dos setores contábil, orçamentário e jurídico da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1- Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Funcional programática: 10.302.1507.8288

Fontes de recurso: 01500000001-000000, 01501000001-000000, 01501000001-013373, 01500100203-000000, 01501000061-000000, 01659000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069-003264, 01659000069-006841, 01659000069-006842, 01659000069-006962, 01659000069-008053, 01659000069-008054, 01659000069-008067, 01659000069-008100, 01659000069-008101, 01659000069-008102, 01659000069-009829, 01659000069-011825, 01659000069-012736, 01659000069-006653, 01659000069-009936, 01600000049-006653, 01600000049-009936, 02600311049-010520, 02600312049-009679, 02600000049-011681, 02600000049-011727, 02600000049- 012664, 02600000049-001609 e seus respectivos superávits,



Elemento de despesa: 339030

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 - A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da CONTRATADA.

8.2 - Caso a conta bancária da CONTRATADA a ser informada não seja pertencente ao BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARA será descontado do valor a ser pago a esta, o custo da transferência bancária da importância a que a mesma faz direito, a ser creditada em sua conta corrente pertencente a outra instituição financeira.

8.3 - A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

8.4 - Caso haja alguma irregularidade detectada pela CONTRATANTE na quantidade ou especificação dos produtos entregues pela CONTRATADA aquela reterá o pagamento até que sejam solucionadas as pendências apontadas hipótese em que a CONTRATADA não terá direito a juros ou correções monetárias no valor a que tem direito a receber.

8.5 - Na oportunidade do pagamento a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação da licitação, conforme estabelece o artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo comprovar a sua atual regularidade com das fazendas públicas federal, estadual e municipal, com o INSS e com o FGTS.

8.6 - Desde já fica acordado que o comprovante de depósito bancário constituirá documento comprobatório de quitação das obrigações decorrentes desta compra direta;

8.7 - Não poderá ser pleiteado acréscimo de preços sob a alegação de falhas, omissões ou inexigibilidade de qualquer natureza, entendendo-se como previsto no preço ofertado, todos os custos de execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.

9.2 - Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue.

9.3 - A entrega do objeto deve ser com Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).

9.4 - A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de 30 (Trinta) dias, a contar da notificação do erro

9.5 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.6 - Os equipamentos médico-hospitalares fornecidos em regime de comodato deverão ser instalados pelo fornecedor ou seu representante autorizado.

9.7 - Deve efetuar os testes de instalação do equipamento, realizando demonstração de seu funcionamento à equipe técnica de acompanhamento.

9.8 - Deve fornecer à Instituição todas as informações técnicas em português, necessárias e suficientes para a operação correta e segura do equipamento (manual de operação).

CONTRATO

9.9 - Após a entrega, deverá ser realizado treinamento nos três turnos de funcionamento da Instituição (Manhã, Tarde e Noite), durante 03 (Três) dias seguidos, considerando a escala dos funcionários da Instituição para o equipamento: máquina de hemodiálise para diálise contínua - a beira leito.

9.10 - Após a instalação e funcionamento dos equipamentos deverá ser agendado um treinamento a cada 06 (Seis) meses, a título de reciclagem, para os operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, até o final da garantia do produto.

9.11 - Os custos de treinamento, tanto dos operadores do equipamento quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, incluindo a participação de especialistas (quando necessário) e o possível uso de material didático são de total responsabilidade da CONTRATADA.

9.12 - Todas as manutenções corretivas, preventivas e calibrações necessárias para o equipamento e/ou seus acessórios dentro do período do contrato devem ser realizados pela CONTRATADA, sem ônus à Instituição e com emissão de Certificado.

9.13 - Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, via e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa ao atendimento preliminar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.14 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações deste Edital, ficando, ainda, a CONTRATANTE isentas de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

9.15 - Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.

9.16 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.

9.17 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



10.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2 - Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as obrigações;

10.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.4 - Não permitir a intervenção de estranhos na instalação do equipamento contratado.

10.5 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

10.6 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.7 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.8 - Rejeitar os serviços ou insumos nas quais as especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência e seus anexos;

10.9 - A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.10 - Cabe ao setor da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias



10.11 - Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente à entrega do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras citadas e outras que venham a ser emitidas mesmo após a assinatura do contrato.

10.12 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA através de um representante especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega/fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

11.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação na CONTRATANTE;
- e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- f) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº13.709/2018.



11.2 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Estado do Pará, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

11.3 - O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

11.4 - A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

11.5 - A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE, quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da FSCMPA ou conforme exigido pela Lei Federal nº13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

11.6 - A CONTRATADA manterá contato formal com a CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p>GERÊNCIA DE CONTRATOS</p>	
<p>CONTRATO</p>		

11.7 - A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços, objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.8 - Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS ANTICORRUPÇÃO

12.1 - À CONTRATADA e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente Contrato, é vedado:

- a) fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.420/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE;
- b) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- c) receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;
- d) contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;
- e) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente contrato;
- f) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;
- g) dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da contratada, ou emitir informações inverídicas à fiscalização;

12.2 - A CONTRATADA declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

12.3 - A CONTRATADA declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato.

12.4 - Obriga-se a CONTRATADA na execução do presente contrato a informar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e

ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção.

12.5 - O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao CONTRATO e conferirá à CONTRATANTE a prerrogativa de rescindir unilateralmente o CONTRATO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento.

12.6 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais.

12.7 - As presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

13.1 - O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato.



13.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 - O atraso injustificado na execução do fornecimento ou a inexecução total ou parcial do mesmo sujeitará o fornecedor à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme previsto nos artigos 162 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

- a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;
- b) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada no item “a” supra;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.

13.4 - Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha cumprido com a obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua extinção.

13.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

14.6 - A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO

14.1- Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a empresa contratada as seguintes sanções:

14.2 - A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposição do art, 90, § 5º da Lei nº 14.133/202.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO

15.1 - Constituem motivo para extinção do Contrato nos termos do art. 137, da NLLC:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social para aprendiz.

15.2- Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3 - Nos termos do art. 138, da NLLC, a extinção do contrato poderá ser:

CONTRATO

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO

16.1 - Os documentos a seguir relacionados ficam fazendo parte integrante e constitutiva do presente instrumento independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos:

I - Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 900___/2026/FSCMPA.

II – Termo de Referência

III - Proposta da CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 - A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, ou ainda acidente que possa vitimar seu empregado quando em serviço, de acordo com o artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021, responsabilizando-se igualmente pelos encargos relacionados no artigo 121, da mesma Lei.

18.2 - Não serão admitidas a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, assim como a associação da CONTRATADA com outrem, como também a fusão, cisão ou a incorporação, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra Empresa.

18.3 - O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.



18.4 - Os CONTRATOS decorrentes da Ata de Registro de Preços-ARP, terão vigência de 12 (doze) meses e deverão ser assinados no prazo de validade da ARP.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - O presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sob a forma de extrato, como condição para sua eficácia, no prazo de 10 (dez) dias, consoante dispõe art. 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidores que serão nomeados através de Portaria.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

20.2 - Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, a execução dos serviços caso seja comprovadamente diferente do objeto proposto, bem como solicitar ajustes para cumprimento fidedigno do objeto contratado.

20.3 - A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1 - Para dirimir as questões litigiosas oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.2 - E para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

Belém-PA, _____ de _____ de 2026.

BRUNO MENDES CARMONA
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
CONTRATANTE

(INSERIR O NOME DO REPRESENTANTE)
REPRESENTANTE
(INSERIR O NOME DA EMPRESA)
CONTRATADA



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2118678

Anexo/Sequencial: 34

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/20

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: LEIDE BIANCA FERREIRA SILVESTRE BARATA,

CPF: ***.114.202-**

Em: 16/04/2026 12:02:08

Aut. Assinatura: f3c8c756a19e272389725e3854681935539ee50e78de7866ed4c3fae372a81af



Identificador de autenticação: 0394ec71-de40-4067-8e27-cc14f8dd5334

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>